

PETIÇÃO 11.108 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: DE OFÍCIO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: JOSE BARROSO TOSTES NETO
ADV.(A/S)	: NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
ADV.(A/S)	: VALERIA SAQUES
REQDO.(A/S)	: JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY
ADV.(A/S)	: MARCOS EDUARDO FAES EBERHARDT
ADV.(A/S)	: RAFAEL ZOTTIS LUCIO
ADV.(A/S)	: LAURA FRAGA OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: GABRIELLE CASAGRANDE CENCI
ADV.(A/S)	: THIFANY LIEGEL DA SILVA
REQDO.(A/S)	: JOSÉ MATHEUS SALLES BARROS
ADV.(A/S)	: MOISES MESQUITA BARRETO
REQDO.(A/S)	: RICARDO WRIGHT MINUSSI
ADV.(A/S)	: ANAMARIA PRATES BARROSO
ADV.(A/S)	: JAILSON ROCHA PEREIRA
REQDO.(A/S)	: EDUARDO ARTHUR IZYCKI
ADV.(A/S)	: IGOR SANT ANNA TAMASAUSKAS
ADV.(A/S)	: PIERPAOLO CRUZ BOTTINI
ADV.(A/S)	: JÚLIA AKAMINE HIRAY
ADV.(A/S)	: EDUARDO BIASOLI JORGE ELIAS
ADV.(A/S)	: MAITÊ PICCOLOMINI BERTAIOLLI
ADV.(A/S)	: THIAGO WENDER SILVA FERREIRA
ADV.(A/S)	: DAVI LAFER SZUVARCFUTER
ADV.(A/S)	: BEATRIZ CANOTILHO LOGAREZZI
ADV.(A/S)	: BRUNO LESCHER FACCIOLLA
ADV.(A/S)	: TIAGO SOUSA ROCHA
ADV.(A/S)	: OTAVIO RIBEIRO LIMA MAZIEIRO
ADV.(A/S)	: STEPHANIE PASSOS GUIMARÃES BARANI
ADV.(A/S)	: LEDO PAULO GUIMARAES SANTOS
REQDO.(A/S)	: GIANCARLO GOMES RODRIGUES
ADV.(A/S)	: JULIANA RODRIGUES MALAFAIA
REQDO.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA
ADV.(A/S)	: MARINA HELENA SIQUEIRA
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PEREIRA DE JESUS
REQDO.(A/S)	: ALESSANDRO MORETTI

ADV.(A/S)	: ANNA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUSA
REQDO.(A/S)	: CARLOS NANTES BOLSONARO
ADV.(A/S)	: ANTONIO CARLOS RIBEIRO FONSECA
ADV.(A/S)	: LUCIANA LAURIA LOPES
REQDO.(A/S)	: RICHARDS DYER POZZER
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE FRANCO NEVES
REQDO.(A/S)	: DANIEL RIBEIRO LEMOS
ADV.(A/S)	: FELIPE OLIVA DAMAZIO
ADV.(A/S)	: MARIA CLAUDIA DE SEIXAS
ADV.(A/S)	: THEUAN CARVALHO GOMES DA SILVA
REQDO.(A/S)	: MATEUS DE CARVALHO SPOSITO
ADV.(A/S)	: LARYSSA BRITO MOREIRA
ADV.(A/S)	: OTAVIO LACERDA DE PAULA SILVA
ADV.(A/S)	: AMANDA LEITE DE FARIAS PONTE
REQDO.(A/S)	: MARCELO ARAÚJO BORMEVET
ADV.(A/S)	: HASSAN MAGID DE CASTRO SOUKI
REQDO.(A/S)	: PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO
ADV.(A/S)	: OSCAR LUIS DE MORAIS
ADV.(A/S)	: MATHEUS ANTENOR CHIOCHETA
REQDO.(A/S)	: LUIZ FELIPE BARROS FELIX
ADV.(A/S)	: DIVIRAN FRANCISCO DE PAULA GONCALVES
ADV.(A/S)	: MARIANA LOPES RODRIGUES DE PAULA
REQDO.(A/S)	: CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES
ADV.(A/S)	: ALANA ABILIO KERBER DINIZ
ADV.(A/S)	: EVELIN LISBOA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA PIRES DE SOUZA SENNA
ADV.(A/S)	: ANTONIO RODRIGO MACHADO DE SOUSA
ADV.(A/S)	: RAYSSA MARTINS ESCOSTEGUY
REQDO.(A/S)	: RODRIGO AUGUSTO DE CARVALHO COSTA
ADV.(A/S)	: ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	: MARINA FAVRETTO LUERSEN
ADV.(A/S)	: GIULIA DE PAIVA MARMORE RIOS
ADV.(A/S)	: MARIA CLARA FERREIRA SANTIAGO
REQDO.(A/S)	: ALEXANDRE DE OLIVEIRA PASIANI

ADV.(A/S)	: FRANCISCO FELIPPE LEBRAO AGOSTI
ADV.(A/S)	: PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO
ADV.(A/S)	: PEDRO LUÍS DE ALMEIDA CAMARGO
ADV.(A/S)	: MARIANA BEDA FRANCISCO
REQDO.(A/S)	: ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES
ADV.(A/S)	: PAULO RENATO GARCIA CINTRA PINTO
REQDO.(A/S)	: VICTOR FELISMINO CARNEIRO
ADV.(A/S)	: BERNARDO LOBO MUNIZ FENELON
ADV.(A/S)	: LUCAS RESENDE FRAGA
ADV.(A/S)	: RAISSA FRIDA RORIZ RIBEIRO ISAC
ADV.(A/S)	: THIAGO PELEJA VIZEU LIMA
REQDO.(A/S)	: MARCELO FURTADO MARTINS DE PAULA
ADV.(A/S)	: SILVIA PORTO BUARQUE DE GUSMAO
ADV.(A/S)	: CARLOS ALEXANDRE O DONNELL MALLET
ADV.(A/S)	: FABIO FRAGELLI BRANDAO
REQDO.(A/S)	: HENRIQUE CESAR PRADO ZORDAN
ADV.(A/S)	: CLEBER LOPES DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: JOAO HENRIQUE BRAGA MOREIRA
ADV.(A/S)	: LAURA BRUNO ARAÚJO LOPES
ADV.(A/S)	: MURILO MARCELINO MACHADO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: RAINER SERRANO ROSA BARBOZA
REQDO.(A/S)	: PAULO MAGNO DE MELO RODRIGUES ALVES
ADV.(A/S)	: TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: FELIPE ANDRADE DE CALDAS LINS
ADV.(A/S)	: PEDRO LUÍS DE ALMEIDA CAMARGO
ADV.(A/S)	: MARIANA BEDA FRANCISCO
ADV.(A/S)	: JOÃO PAULO ROMANO FARHAT FERRAZ
ADV.(A/S)	: PEDRO IVO RODRIGUES VELLOSO CORDEIRO
ADV.(A/S)	: FERNANDA CRISTINA SENA SAMPAIO MENDES
ADV.(A/S)	: MARCELO NEVES REZENDE
ADV.(A/S)	: FRANCISCO FELIPPE LEBRAO AGOSTI
REQDO.(A/S)	: CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO
ADV.(A/S)	: LUIS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO
ADV.(A/S)	: BARBARA BARBOSA DE FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: LARISSA CAMPOS DE ABREU

REQDO.(A/S)	: LUIZ CARLOS NOBREGA NELSON
ADV.(A/S)	: SEM ADDVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: LUIZ FERNANDO CORREA
ADV.(A/S)	: BRUNO SALLES PEREIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: RODRIGO COLLI
ADV.(A/S)	: VALQUIRIA SONELIS DURAES DA SILVA
REQDO.(A/S)	: LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE
ADV.(A/S)	: RAFAEL TEIXEIRA MARTINS
REQDO.(A/S)	: ALAN OLESKOVICZ
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: ROGERIO BERALDO DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: ALEXANDRE RAMALHO DIAS FERREIRA
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: FELIPE ARLOTTA FREITAS
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: LUCIANA DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: ANA PAULA CUNHA COELHO
ADV.(A/S)	: MARCIO VIEIRA SANTOS
REQDO.(A/S)	: FRANK MARCIO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
ADV.(A/S)	: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS
REQDO.(A/S)	: ALEXANDRE DO NASCIMENTO CANTALICE
ADV.(A/S)	: THIAGO MACHADO DE CARVALHO
ADV.(A/S)	: LEONARDO ROCHA RODRIGUES
ADV.(A/S)	: BRUNO TADEU PALMIERI BUONICORE
REQDO.(A/S)	: BRUNO DE AGUIAR FARIA
ADV.(A/S)	: BRUNO TADEU PALMIERI BUONICORE
ADV.(A/S)	: MATHEUS ANTENOR CHIOCHETA
ADV.(A/S)	: MARIA EDUARDA CARNEIRO HEREDIA DA SILVA
REQDO.(A/S)	: ERITON LINCOLN TORRES POMPEU
ADV.(A/S)	: BRUNO TADEU PALMIERI BUONICORE E OUTRO(A/S)
AUT. POL.	: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de PET autuada por prevenção ao Inq. 4.781/DF, a partir de reportagem publicada no jornal “O Globo” no dia 14/3/2023, sob o título “ABIN CONFIRMA USO DE PROGRAMA SECRETO QUE MONITOROU ALVOS DURANTE GOVERNO BOLSONARO”.

Em 23/1/2025, por meio do Ofício nº 261159/2025 - CGCINT/DIP/PF, a Polícia Federal encaminhou relatório das diligências realizadas, bem como solicitou “*prazo para realização das diligências faltantes, em especial, perícia criminal federal e realização de oitivas*” (fl. 1.191), o que deferi em 4/2/2025.

Em 12/6/2025, a autoridade policial encaminhou aos autos o relatório final da investigação, tendo concluindo pelo indiciamento, nos seguintes termos (eDocs. 174, fls. 230-231; e 175):

1. Núcleo Político/ Presidência da República/ Assessores

(1.1) CARLOS NANTES BOLSONARO (Núcleo Político), indiciado pelo crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013);

(1.2) LUCIANA DE ALMEIDA (Assessora de Carlos Bolsonaro), indiciado pelo crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013);

(1.3) RICARDO WRIGHT MINUSSI (Assessor Parlamentar), indiciado pelo crime de Prevaricação (art. 319 c/c arts. 29 e 327, §1º, CP);

(1.4) DANIEL RIBEIRO LEMOS (analista político), indiciado pelo crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP);

(1.5) JOSÉ MATHEUS SALLES BARROS (Assessor da Presidência da República/SECOM), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP);

(1.6) MATEUS DE CARVALHO SPOSITO (Assessor Especial de Comunicação da Presidência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP);

2. Vetores de Propagação / Desinformação

(2.1) RICHARDS DYER POZZER (Produtor e difusor de campanhas de desinformação), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L, CP) e Golpe de Estado (art. 359-M, CP);

(2.2) ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA (Operador do perfil “@DallasGinghinniReturn”), indiciado nas penas do crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013).

3. Alta Gestão da ABIN

(3.1) ALESSANDRO MORETTI (Diretor-Adjunto da ABIN), indiciado pelos crimes de Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Prevaricação (art. 319, CP) e Coação no Curso do Processo (art. 344, CP);

(3.2) ALEXANDRE DO NASCIMENTO CANTALICE (Diretor do DOINT), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP) e Falso Testemunho (art. 342, CP);

(3.3) ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES (Ex-Diretor-Geral da ABIN), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Peculato-desvio (art.

312, caput, CP), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §2º, CP), Prevaricação (art. 319, CP) e Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP);

(3.4) CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO (Chefe do Centro de Inteligência Nacional (CIN)), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embarço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Supressão de Documento (art. 305, CP), Prevaricação (art. 319, CP) e Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP).

(3.5) LUIZ CARLOS NOBREGA NELSON (Chefe de Gabinete da ABIN), indiciado pelos crimes de Embarço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Prevaricação (art. 319, CP) e Coação no Curso do Processo (art. 344, CP);

(3.5) LUIZ FERNANDO CORRÊA (Diretor-Geral da ABIN), indiciado pelos crimes de Embarço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Prevaricação (art. 319, CP) e Coação no Curso do Processo (art. 344, CP);

(3.6) PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO (Secretário de Planejamento da ABIN), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(3.7) VICTOR FELISMINO CARNEIRO (Ex-Diretor-Adjunto da ABIN), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP), Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §2º, CP).

4. Oficiais e Servidores da ABIN

(4.1) ALAN OLESKOVICZ (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP);

(4.2) ALEXANDRE DE OLIVEIRA PASIANI (Coordenador de Meios Técnicos), indiciado pelo crime de Falsidade Ideológica (art. 299, CP);

(4.3) ALEXANDRE RAMALHO DIAS FERREIRA (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.4) BRUNO DE AGUIAR FARIA (Diretor Substituto do DOINT), indiciado pelo crime de Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §2º, CP c/c art. 29, CP);

(4.5.) CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Violação de Sigilo Funcional (art. 325, §1º, II, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.6) EDUARDO ARTHUR IZYCKI (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Fraude em Licitação ou Contrato (art. 337-F, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §1º, II e §2º, CP);

(4.7) ERITON LINCOLN TORRES POMPEU (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP);

(4.8) FELIPE ARLOTTA FREITAS (Assessor da Diretoria-Geral), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Corrupção Passiva (art. 317, caput,

CP), Lavagem de Dinheiro (art. 1º, Lei 9.613/1998), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.9) FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.10) HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Falsidade Ideológica (art. 299, CP), Fraude Processual (art. 347, parágrafo único, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.11) JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY (Corregedor da ABIN), indiciado pelos crimes de Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Prevaricação (art. 319, CP) e Coação no Curso do Processo (art. 344, CP);

(4.12) LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE (Coordenador de Operações de Busca), indiciado pelo crime de Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP);

(4.13) LUIZ FELIPE BARROS FELIX (Oficial de Inteligência, indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Violação de Sigilo Funcional (art. 325, §1º, II, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.14) LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA (Chefe da Divisão de Ações Especializadas), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.15) MARCELO ARAÚJO BORMEVET (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.16) MARCELO FURTADO MARTINS DE PAULA (Diretor do DOINT), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.17) PAULO MAGNO DE MELO RODRIGUES ALVES (Diretor do CEPESC), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP);

(4.18) RODRIGO COLLI (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Fraude em Licitação ou Contrato (art. 337-F, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §1º, II e §2º, CP);

5. Militar Vinculado à ABIN

(5.1) Giancarlo Gomes Rodrigues (Militar do Exército cedido à ABIN), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP).

6. Polícia Federal

(6.1) RODRIGO AUGUSTO DE CARVALHO COSTA (Delegado de Polícia Federal), indiciado pelo crime de Participação em Violação de Sigilo Funcional (art. 325 c/c art. 29, CP).

Na ocasião, em relação a JAIR MESSIAS BOLSONARO, a Polícia Federal não apresentou indiciamento, consignando a existência de ação penal em curso autuada em face do investigado (eDoc. 175, fl. 946).

Em 18/6/2025, determinei o levantamento do sigilo dos autos desta Pet 11.108/DF, e que os autos fossem encaminhados à Procuradoria-Geral da República, para manifestação (eDoc. 174, fls. 235 e 236).

Com vista dos autos, a Procuradoria-Geral da República se manifestou pelo declínio de competência à primeira instância, consignando que *“Jair Messias Bolsonaro – teve sua conduta integralmente analisada nos autos da Ação Penal n. 2.668/DF”, e que “Por participarem diretamente desse projeto criminoso, com dolo evidente de atingir as instituições democráticas, e atenderem demandas diretas do ex-Presidente da República, os réus Alexandre Ramagem Rodrigues, Giancarlo Gomes Rodrigues e Marcelo Araújo Bormevet foram igualmente denunciados nos autos das Ações Penais n. 2.668/DF e 2694/DF”. Ressaltou que “Em relação a eles, todos os elementos reunidos nestes autos foram utilizados para a formação do juízo acusatório (e condenatório)”* (eDoc. 608).

Por fim, destacou que *“o mesmo desfecho não é possível em relação aos demais investigados. Os fatos remanescentes, ainda não denunciados, não guardam relação imediata com a autoridade detentora de foro especial ou com a sua finalidade antidemocrática, ainda que remotamente possam tê-las favorecido”* (eDoc. 608).

É o relatório. DECIDO.

A presente investigação diz respeito à apuração a utilização do sistema de inteligência *First Mile*, fornecido pela empresa Cognyte, com capacidade de realizar monitoramento de dispositivos móveis, obtendo a geolocalização dos dispositivos móveis por meio de acesso aos dados privados das respectivas Estações Rádio Base – ERBs - sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia, bem como sem qualquer autorização judicial, por parte de servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Os fortes indícios de uso da *First Mile*, em desatenção às funções institucionais da ABIN, acrescidos da omissão deliberada dos meios utilizados pela solução tecnológica de contorno, revelaram o uso instrumental da ABIN.

O resultado do encadeamento das condutas delituosas resultou no monitoramento de diversos indivíduos, em grande parte, desassociados de qualquer resquício de vinculação institucional, demonstrando, assim, a potencial apropriação indevida da ABIN – por parte dos altos gestores, em sua maioria policiais federais, com o fim de reduzir o órgão máximo de inteligência a instrumento para fins ilícitos.

As investigações apontaram a existência de uma organização criminosa que monitorava adversários políticos, inclusive com a estratégia de atentar contra o Poder Judiciário, desacreditando a Justiça Eleitoral, o resultado das eleições de 2022 e a própria Democracia.

Nesse contexto, desenvolveu-se uma operação no âmbito da ABIN denominada de “ABIN Paralela”, para contribuir com a implementação de um projeto golpista e com fins antidemocráticos.

Destaca-se que o sistema *First Mile* foi exclusivamente utilizado pelos servidores da Agência Brasileira de Inteligência no Governo de JAIR MESSIAS BOLSONARO, nos anos de 2019 a 2022, conforme reconhecido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento da AP 2668:

A célula clandestina que se infiltrou na ABIN e integrava a organização criminosa era comandada pelo então Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, que por sua vez indicou o Policial Federal MARCELO ARAÚJO BORMEVET para trabalhar na ABIN e atuou em conjunto com o seu subordinado, o Sargento do Exército, GIANCARLO GOMES RODRIGUES – à época cedido para a agência de inteligência.

Esses membros da organização criminosa utilizavam o sistema FIRST MILE, ferramenta que permitia o acesso ao serviço de localização de dispositivos móveis em tempo real e foi utilizada para obter a localização de pessoas que eram alvos e contrariavam interesses de membros da organização criminosa.

Além do sistema FIRST MILE, a ABIN Paralela utilizou outras ferramentas para realizar as operações ilegais executadas pelos membros da célula clandestina, inclusive de sistemas ilegais na tentativa de ocultar as ações ilícitas de inteligência contra os alvos escolhidos pela organização criminosa.

[....]

Destaca-se que o sistema FIRST MILE foi exclusivamente utilizado pelos servidores da Agência Brasileira de Inteligência no Governo do réu JAIR MESSIAS BOLSONARO no período de 16/4/2019 a 27/4/2021, tendo sido inclusive identificados logs de entrada do réu ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES a partir 15/5/2019, ou seja, antes de o réu tomar posse como Diretor-Geral da ABIN e um mês depois do início da utilização da ferramenta.

O maior período de uso da ferramenta FIRST MILE ocorreu enquanto ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES ocupava o cargo de Diretor-Geral da ABIN, sendo que em outubro de 2020 foram realizadas mais de 30 (trinta) mil

pesquisas, correspondendo a um total de 49,9% de todas as consultas realizadas durante o uso do sistema FIRST MILE na ABIN.

Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho – testemunha cujo pedido de contradita formulado pela PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA foi parcialmente deferido, visto que a testemunha é investigada na Pet. 12.027 e na Pet. 11.108 perante esta SUPREMA CORTE – confirmou ter trabalhado na ABIN no mesmo período que o réu ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES:

[...]

Durante o período em que Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho trabalhou na ABIN, confirmou ter utilizado a plataforma *FIRST MILE*:

[...]

Embora não tenha sido o único método investigativo utilizado, o uso da plataforma FIRST MILE demonstra que a ABIN Paralela efetivamente funcionou como uma célula clandestina, visto que durante a gestão de ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES como Diretor-Geral da ABIN foram monitorados quatro Ministros desta SUPREMA CORTE: Ministros ALEXANDRE DE MORAES, DIAS TOFFOLI, LUIZ FUX e LUÍS ROBERTO BARROSO, assim como os congressistas: ARTHUR LIRA, RODRIGO MAIA, KIM KATAGUIRI, JEAN WILLYS, JOICE HASSELMANN, ALESSANDRO VIEIRA, OMAR AZIZ, RENAN CALHEIROS, RANDOLFE RODRIGUES, além do então Governador do Estado de São Paulo JOÃO DORIA.

A célula clandestina não se limitou ao monitoramento ilegal de autoridades públicas brasileiras, mas também de jornalistas como Monica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista, servidores da Receita

Federal: Christiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homem da Silva e José Pereira de Barros Neto, e os servidores do IBAMA: Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges.

Identificou-se, ainda, conversa entre o antigo Diretor de Inteligência da ABIN, Paulo Maurício, e Paulo Magno – um dos responsáveis pela utilização do FIRST MILE - em 9/5/2022. No diálogo, ficou demonstrada a responsabilidade do réu ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES como coordenador da célula clandestina e das investigações absolutamente ilícitas:

[...]

GIANCARLO GOMES RODRIGUES utilizou os acessos de seu superior hierárquico – MARCELO ARAÚJO BORMEVET -, e realizou 887 (oitocentas e oitenta e sete) pesquisas no sistema FIRST MILE, bem como realizou acessos por meio de senhas compartilhadas.

Além do sistema FIRST MILE, a célula clandestina também utilizava demais ferramentas, inclusive de sistemas para ocultação de rastros e expedientes impróprios em casos de alvos mais sensíveis.

A escolha dos alvos pesquisados pela célula clandestina GIANCARLO GOMES RODRIGUES e MARCELO ARAÚJO BORMEVET não se baseava em atribuições regulares da Agência Brasileira de Inteligência ou em decisões de Estado.

O núcleo atuava como central de contrainteligência da ABIN, organização criminosa que, por meio dos recursos e ferramentas de pesquisa da ABIN, produzia desinformação contra seus opositores tendo se estabelecido na agência de inteligência a partir de 2019, no início do mandato presidencial do líder da organização criminosa.

A escolha dos alvos consistia em pessoas que contrariavam interesses dos membros da organização

criminosa, como por exemplo as pesquisas feitas contra o fiscal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), Hugo Ferreira Loss, pois teria atingido “agora o Presidente da República diretamente”.

Os membros do grupo criminoso ainda fizeram pesquisas relacionadas à investigação iniciada em face do filho de JAIR MESSIAS BOLSONARO, Renan Bolsonaro, a pedido do líder da organização criminosa, tendo MARCELO ARAÚJO BORMEVET afirmado que essa demanda era urgente e solicitando a GIANCARLO GOMES RODRIGUES a realização de pesquisas para saber “quais carros estão em nome do filho Renan do PR. Veja a mãe dele também”, salientando que era “msg do 01”.

O diálogo entre GIANCARLOS GOMES RODRIGUES e MARCELO ARAÚJO BORMEVET demonstra que, além do sistema FIRST MILE, as ações clandestinas de inteligência também eram executadas por outras ferramentas e plataformas:

Transcrevo, por oportuno, trecho da ementa do referido julgado:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA ATENTATÓRIA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTADO, DE MODO ESTÁVEL E PERMANENTE, COM A INTENÇÃO DE PERMANECER ILICITAMENTE NO PODER, INDEPENDENTEMENTE DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES E, POSTERIORMENTE, COM A FINALIDADE DE IMPEDIR A POSSE OU DEPOR O GOVERNO LEGITIMAMENTE ELEITO OU CONSTITUÍDO COM A DECRETAÇÃO DE UM ESTADO DE EXCEÇÃO.

CONSUMAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 2º, CAPUT, §§ 2º, 3º e 4º, II, DA LEI 12.850/2013) DOS CRIMES DE ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DE DIREITO (CP, ART. 359-L), GOLPE DE ESTADO (CP, ART. 359-M), DANO QUALIFICADO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (CP, ART. 163) E DETERIORAÇÃO DE PATRIMÔNIO TOMBADO (ART. 62, I, DA LEI 9.605/1988). AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. AÇÃO PENAL PROCEDENTE.

[...]

15. A atuação efetiva e a prática de atos executórios pela organização criminosa, que consumaram as infrações penais descritas na denúncia, iniciaram-se com a utilização de órgãos públicos, em um primeiro momento ABIN e GSI, para a construção e divulgação - apoiando-se, inclusive, em suas “milícias digitais” - de uma falsa e ilícita versão sobre vulnerabilidade das urnas eletrônicas e falta de legitimidade da Justiça Eleitoral, com a finalidade de gerar instabilidade institucional e caos social, criando uma futura situação no País que possibilitasse, a restrição do pleno exercício do Poder Judiciário, tanto no período eleitoral, quanto em uma eventual continuidade de governo, em caso de vitória nas eleições, ou a decretação de um golpe de Estado, caso o resultado eleitoral fosse desfavorável, com o encerramento do Estado Democrático de Direito conquistado plenamente pelo Brasil pela Constituição de 1988.

Nesse sentido, o que se verifica é que embora não tenha sido o único método investigativo utilizado, o uso da plataforma demonstra que a “ABIN Paralela” efetivamente funcionou como uma célula clandestina.

A célula clandestina não se limitou ao monitoramento ilegal de

autoridades públicas brasileiras, mas também de jornalistas. A célula clandestina também utilizava demais ferramentas, inclusive de sistemas para ocultação de rastros e expedientes impróprios em casos de alvos mais sensíveis.

No relatório final das investigações, a Polícia Federal apontou a prática de condutas ilícitas, dentre as quais, crimes de organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013), invasão de dispositivo informático (art. 154-A, §§3º e 4º, do Código Penal), interceptação telefônica clandestina (art. 10 da Lei nº 9.296/1996), violação de sigilo por uso indevido de acesso restrito (art. 325, §2º, do Código Penal), embaraçamento da investigação (art. 2º, §1º, da Lei nº 12.850/2013), corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e prevaricação (art. 319 do Código Penal).

Em relação às imputações formuladas contra JAIR MESSIAS BOLSONARO e ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, verifica-se que os fatos objeto desta Pet foram devidamente analisados nos autos da Ação Penal 2.668/DF, que resultou na condenação dos réus, bem como nos autos da Ação Penal 2.694/DF, tendo sido condenados GIANCARLO GOMES RODRIGUES e MARCELO ARAÚJO BORMEVET, conforme ressaltado pela Procuradoria-Geral da República (eDoc. 608):

“No caso sob exame, a única autoridade detentora de foro no Supremo Tribunal Federal – Jair Messias Bolsonaro – teve sua conduta integralmente analisada nos autos da Ação Penal n. 2.668/DF. Todos os elementos informativos que lhe diziam respeito já foram considerados para denunciá-la – e condená-la – por executar um projeto autoritário de poder (do qual o desvio da estrutura de inteligência estatal foi etapa relevante).

Por participarem diretamente desse projeto criminoso, com dolo evidente de atingir as instituições democráticas, e atenderem demandas diretas do ex-Presidente da República, os réus Alexandre Ramagem Rodrigues, Giancarlo Gomes Rodrigues e Marcelo Araújo Bormevet foram igualmente

denunciados nos autos das Ações Penais n. 2.668/DF e 2694/DF. Em relação a eles, todos os elementos reunidos nestes autos foram utilizados para a formação do juízo acusatório (e condenatório).”

Diante desse fato, uma vez que os elementos de prova foram utilizados para o juízo condenatório daquelas Ações Penais, é o caso de ARQUIVAMENTO da investigação em relação à JAIR MESSIAS BOLSONARO, ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, MARCELO ARAÚJO BORMEVET, GIANCARLO GOMES RODRIGUES, pois foram condenados pela PRIMEIRA TURMA do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL pelos mesmos fatos.

Em relação as condutas atribuídas a ALESSANDRO MORETTI (Diretor-Adjunto da ABIN), LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON (Chefe de Gabinete da ABIN), LUIZ FERNANDO CORRÊA (Diretor-Geral da ABIN), JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY (Corregedor da ABIN) e LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE (Coordenador de Operações de Busca), não há indícios suficientes para justificar a existência de justa causa o prosseguimento da investigação criminal.

As imputações formuladas limitam-se à enunciação de conclusões genéricas acerca de suposta participação dos requeridos em atos de embaraço à investigação, sem a individualização concreta das respectivas condutas e sem a demonstração mínima dos elementos necessários à configuração de fato penalmente relevante.

Não se observa indicação precisa acerca do fato típico supostamente praticado pelos requeridos (*quis*), dos meios empregados para sua execução (*quibus auxiliis*), do resultado produzido (*quid*), das circunstâncias que teriam motivado a conduta (*quomodo*), do local em que teria ocorrido (*ubi*), do momento de sua prática (quando) ou de qualquer outro dado objetivo capaz de conferir suporte mínimo à persecução penal, na clássica lição de JOÃO MENDES DE ALMEIDA JÚNIOR (O

processo criminal brasileiro, v. II, Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1959, p. 183).

Em relação a ALESSANDRO MORETTI, afirma-se sua suposta participação na condução de uma “estratégia conjunta”, na gestão do fluxo de entrega de registros à Polícia Federal, na formulação de pedidos ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e em alegados atos de desinformação. Entretanto, não são descritos fatos concretos que revelem de que modo tais condutas, individualmente consideradas, configurariam ilícito penal, tampouco são indicados elementos objetivos que demonstrem dolo específico de embaraçar investigação criminal.

Quanto a LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON, a imputação limita-se à alegação de tentativa de desacreditizar a ex-Corregedora e difundir narrativas falsas, sem descrição concreta dos fatos ou demonstração de sua relevância penal.

Em relação a LUIZ FERNANDO CORRÊA, são-lhe atribuídas condutas descritas de forma genérica, sem a necessária individualização dos fatos ou elementos mínimos que evidenciem atuação dolosa voltada à obstrução da investigação.

No tocante a JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY, as acusações carecem de especificação quanto aos fatos, declarações ou circunstâncias que permitiriam aferir a adequação das condutas a qualquer tipo penal.

Por fim, quanto a LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE, a alegação de que teria procurado testemunha para influenciar seu depoimento não vem acompanhada de elementos concretos de corroboração ou de detalhamento mínimo das circunstâncias em que o fato supostamente ocorreu.

Nesse contexto, a justa causa é exigência legal para a instauração e manutenção de investigação criminal e consubstancia-se pela somatória de três componentes essenciais: (a) TIPICIDADE (adequação de uma conduta fática a um tipo penal); (b) PUNIBILIDADE (além de típica, a conduta precisa ser punível, ou seja, não existir quaisquer das causas extintivas da punibilidade); e (c) VIABILIDADE (existência de fundados

indícios de autoria).

A instauração ou manutenção de investigação criminal sem justa causa constituem injusto e grave constrangimento aos investigados, como bem demonstrado na lapidar lição do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, nos autos do Habeas Corpus nº 80.564:

Estamos todos cansados de ouvir que o inquérito policial é apenas um ônus do cidadão, que não constitui constrangimento ilegal algum e não inculpa ninguém (embora, depois, na fixação da pena, venhamos a dizer que o mero indiciamento constitui maus antecedentes: são todas desculpas, Sr. Presidente, de quem nunca respondeu a inquérito policial algum). Mas é demais dizer-se que não se pode sequer examinar o fato sugerido, o fato apontado, e impedir a sequência de constrangimentos de que se constitui uma investigação criminal seja ela policial ou seja, no caso judicial sobre alguém que, à primeira vista, se evidencia não ter praticado crime algum, independentemente de qualquer juízo ético a fazer no caso. A jurisprudência do Supremo Tribunal é certo que afirmada em uns poucos casos e por motivos evidentes -, tem sido sensível a necessidade de proteger pelo habeas corpus situações de evidente atipicidade do fato investigado. Recordo, além dos já referidos, esses Habeas corpus: 80.204, Relator, o Ministro Maurício Correa; 64.373, Relator, o Ministro Rafael Mayer; 63.523, relator: o Ministro Francisco Rezek; 67.039, Relator, o Ministro Moreira Alves, e o 68.348 de que fui Relator).

Dessa maneira, a ausência de indícios mínimos afasta a justa causa para a continuidade das investigações em relação a ALESSANDRO MORETTI, LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON, LUIZ FERNANDO CORRÊA, JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY e LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE, conforme pacificado por essa SUPREMA

CORTE (Inq. 3.847 AgR/GO, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, 7/4/2015; Pet 3.825-QO/MT, Rel. p/ o acórdão Min. GILMAR MENDES; HC 106.124, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, 22/11/2011).

Em relação aos demais investigados, a Procuradoria-Geral da República, ao examinar os fatos remanescentes, manifestou-se pelo declínio de competência para o juízo natural, por compreender que as imputações residuais não atraem, por si sós, a competência desta CORTE, devendo ser submetidas à apreciação do órgão jurisdicional competente (eDoc. 608):

“No caso sob exame, a única autoridade detentora de foro no Supremo Tribunal Federal – Jair Messias Bolsonaro – teve sua conduta integralmente analisada nos autos da Ação Penal n. 2.668/DF. Todos os elementos informativos que lhe diziam respeito já foram considerados para denunciá-la – e condená-la – por executar um projeto autoritário de poder (do qual o desvio da estrutura de inteligência estatal foi etapa relevante).

[...]

O mesmo desfecho não é possível em relação aos demais investigados. Os fatos remanescentes, ainda não denunciados, não guardam relação imediata com a autoridade detentora de foro especial ou com a sua finalidade antidemocrática, ainda que remotamente possam tê-las favorecido. As hipóteses investigativas pendentes, como se observa do indiciamento feito pela Autoridade Policial, concentram-se em ilícitos contra a Administração Pública, decorrentes da violação de deveres funcionais, que não justificam a atuação da Suprema Corte.

A manifestação é pelo declínio de competência desta Petição à primeira instância, para apreciação dos fatos remanescentes.”

A investigação, portanto, deverá prosseguir perante uma das Varas Criminais da Justiça Federal do Distrito Federal, nos termos do artigo 109 da Constituição Federal.

Importante, por fim, apontar a integral conexão entre o apurado na presente investigação - relacionada à atuação do “Gabinete do Ódio” - a o objeto do INQUÉRITO 4781.

CARLOS NANTES BOLSONARO é apontado como integrante do denominado “núcleo político”, sendo-lhe atribuídas condutas relacionadas à coordenação do chamado “Gabinete do Ódio”, participação em campanhas de desinformação, difusão de informações sigilosas e ataques ao sistema eleitoral, ao Supremo Tribunal Federal e a opositores políticos (fls. 941-946 do Relatório da Polícia Federal).

DANIEL RIBEIRO LEMOS (fls. 1078-1079 do Relatório da Polícia Federal), JOSÉ MATHEUS SALLES BARROS (fls. 1068-1069 do Relatório da Polícia Federal), MATEUS DE CARVALHO SPOSITO (fls. 1071-1072 do Relatório da Polícia Federal), RICHARDS DYER POZZER (fls. 1074-1076 do Relatório da Polícia Federal) e ROGERIO BERALDO DE ALMEIDA (fls. 1081-1082 do Relatório da Polícia Federal) são inseridos pela autoridade policial no denominado “núcleo de vetores de produção e propagação de fake news”, ao qual se atribuem atividades de produção, circulação e disseminação de conteúdos em redes sociais, campanhas de desinformação e divulgação de dossiês políticos.

RICARDO WRIGHT MINUSSI, por sua vez, é mencionado em razão de sua suposta participação na elaboração ou circulação de documentos e dossiês relacionados a essas iniciativas (fls. 1090-1091 do Relatório da Polícia Federal), enquanto LUCIANA DE ALMEIDA é referida na condição de assessora de Carlos Nantes Bolsonaro, no contexto das imputações formuladas em face do denominado núcleo político (fls. 941-946 do Relatório da Polícia Federal).

A leitura das imputações individualizadas demonstra que as condutas atribuídas a esses investigados são, essencialmente,

relacionadas à produção, circulação ou divulgação de informações, à atuação em redes sociais, à elaboração de documentos, à articulação política e à propagação de conteúdos considerados desinformativos, especialmente contra o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e seus Ministros.

Essa conexão autoriza o compartilhamento das provas obtidas na presente investigação.

Sobre o compartilhamento de provas, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL se manifestou no sentido de inexistir óbice à partilha de elementos informativos colhidos no âmbito de inquérito penal para fins de instruir outro procedimento criminal (HC 102.293, Rel. Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe de 19/12/2011), observadas a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Diante do exposto, nos termos dos arts. 21, XV do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DETERMINO, nos termos do parecer da Procuradoria-Geral da República:

(1) O ARQUIVAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, em relação a JAIR MESSIAS BOLSONARO, ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, GIANCARLO GOMES RODRIGUES e MARCELO ARAÚJO BORMEVET, em virtude de terem sido condenados pelos mesmos fatos nos julgamentos dos núcleos principais das ações penais atentatórias ao Estado Democrático de Direito e Tentativa de Golpe de Estado, realizados pela PRIMEIRA TURMA do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL;

(2) O DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PRESERVANDO-SE A VALIDADE DE TODOS OS ATOS PRATICADOS E DECISÕES PROFERIDAS, para a JUSTIÇA FEDERAL, e DETERMINO a

imediata remessa destes autos à Presidência do TRF-1, para regular distribuição e continuidade das investigações em relação à:

CARLOS NANTES BOLSONARO (Núcleo Político), indiciado pelo crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013); LUCIANA DE ALMEIDA (Assessora de Carlos Bolsonaro), indiciado pelo crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013); RICARDO WRIGHT MINUSSI (Assessor Parlamentar), indiciado pelo crime de Prevaricação (art. 319 c/c arts. 29 e 327, §1º, CP); DANIEL RIBEIRO LEMOS (analista político), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP); JOSÉ MATHEUS SALLES BARROS (Assessor da Presidência da República/SECOM), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP); MATEUS DE CARVALHO SPOSITO (Assessor Especial de Comunicação da Presidência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP); RICHARDS DYER POZZER (Produtor e difusor de campanhas de desinformação), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L, CP) e Golpe de Estado (art. 359-M, CP); ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA (Operador do perfil “@DallasGinghinniReturn”), indiciado nas penas do crime de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013); ALEXANDRE DO NASCIMENTO CANTALICE (Diretor do DOINT), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP) e Falso Testemunho (art.

342, CP); CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO (Chefe do Centro de Inteligência Nacional (CIN)), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Embaraço à Investigação de Organização Criminosa (art. 2º, §1º, Lei 12.850/2013), Supressão de Documento (art. 305, CP), Prevaricação (art. 319, CP) e Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP); PAULO MAURÍCIO FORTUNATO PINTO (Secretário de Planejamento da ABIN), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); VICTOR FELISMINO CARNEIRO (Ex-Diretor-Adjunto da ABIN), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP), Corrupção Passiva Privilegiada (art. 317, §2º, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §2º, CP); ALAN OLESKOVICZ (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Prevaricação (art. 319, CP) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP); ALEXANDRE DE OLIVEIRA PASIANI (Coordenador de Meios Técnicos), indiciado pelo crime de Falsidade Ideológica (art. 299, CP); ALEXANDRE RAMALHO DIAS FERREIRA (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013) e Prevaricação (art. 319, CP); BRUNO DE AGUIAR FARIA (Diretor Substituto do DOINT), indiciado pelo crime de Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §2º, CP c/c art. 29, CP); CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Violação de Sigilo Funcional (art. 325, §1º, II, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); EDUARDO ARTHUR IZYCKI (Oficial de

Inteligência), indiciado pelos crimes de Fraude em Licitação ou Contrato (art. 337-F, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §1º, II e §2º, CP); ERITON LINCOLN TORRES POMPEU (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996) e Peculato-desvio (art. 312, caput, CP); FELIPE ARLOTTA FREITAS (Assessor da Diretoria-Geral), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Corrupção Passiva (art. 317, caput, CP), Lavagem de Dinheiro (art. 1º, Lei 9.613/1998), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Falsidade Ideológica (art. 299, CP), Fraude Processual (art. 347, parágrafo único, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); LUIZ FELIPE BARROS FELIX (Oficial de Inteligência, indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Violação de Sigilo Funcional (art. 325, §1º, II, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA (Chefe da Divisão de Ações Especializadas), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); MARCELO FURTADO MARTINS DE PAULA (Diretor do DOINT), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação

Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); PAULO MAGNO DE MELO RODRIGUES ALVES (Diretor do CEPESC), indiciado pelos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, caput, Lei 12.850/2013), Interceptação Ilegal de Comunicações (art. 10, Lei 9.296/1996), Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §§1º e 2º, CP), Peculato-desvio (art. 312, caput, CP) e Prevaricação (art. 319, CP); RODRIGO COLLI (Oficial de Inteligência), indiciado pelos crimes de Fraude em Licitação ou Contrato (art. 337-F, CP) e Violação de Sigilo Funcional Qualificada (art. 325, §1º, II e §2º, CP); RODRIGO AUGUSTO DE CARVALHO COSTA (Delegado de Polícia Federal), indiciado pelo crime de Participação em Violação de Sigilo Funcional (art. 325 c/c art. 29, CP).

A Presidência do TRF da 1ª Região deverá informar o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL da distribuição assim que for realizada.

DETERMINO, ainda:

(3) O ARQUIVAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, em relação a ALESSANDRO MORETTI, LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON, LUIZ FERNANDO CORRÊA, JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY e LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE, por AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA para a continuidade das investigações, sem prejuízo de requerimento de nova instauração nesta CORTE, na hipótese de surgimento de novos elementos, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal. A Polícia Federal deverá proceder a imediata REVOGAÇÃO DE SEUS INDICIAMENTOS;

(4) O COMPARTILHAMENTO DA PET 11.108/DF COM O INQUÉRITO 4781, remetendo-se, imediatamente, cópias integrais.

A Secretaria Judiciária deverá providenciar o cumprimento do item “4”.

Rementam-se cópias da presente decisão aos investigados ALESSANDRO MORETTI, LUIZ CARLOS NÓBREGA NELSON, LUIZ FERNANDO CORRÊA, JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY e LUCIO DE ANDRADE VAZ PARENTE, em relação aos arquivamentos determinados.

Comunique-se a Polícia Federal para cumprimento do item “3” (revogação dos indiciamentos).

Intimem-se os advogados regularmente constituídos.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 20 de julho de 2026.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente